



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

IANDRA KALYNE RIBEIRO PINTO

**GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

**CAMPINA GRANDE
2019**

IANDRA KALYNE RIBEIRO PINTO

**GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
de Contabilidade da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. José Elinilton Cruz de Menezes

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P659g Pinto, landra Kalyne Ribeiro.
Gestão do regime próprio de previdência social [manuscrito] : uma investigação no município de Serra Branca-PB / landra Kalyne Ribeiro Pinto. - 2019.
20 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Me. José Elinilton Cruz de Menezes , Departamento de Ciências Contábeis - CCSA."
1. Servidor público. 2. Previdência social. 3. Regime próprio de previdência. 4. Sistema previdenciário. I. Título
21. ed. CDD 368.4

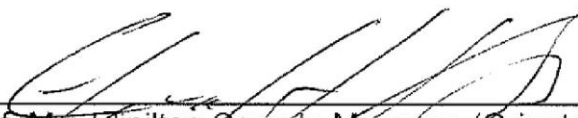
IANDRA KALYNE RIBEIRO PINTO ALMEIDA

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIAS SOCIAL: UMA
INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA - PB

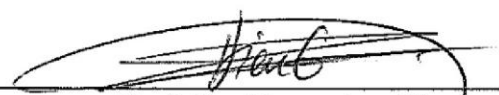
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Departamento do Curso
Contabilidade da Universidade Estadual
da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Aprovada em: 05/06/2019.

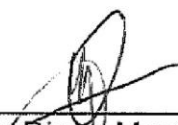
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Elinilton Cruz de Menezes (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Mamadou Dieng
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Diego Mentor Andrade Galvão
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo do perfil da amostra	<u>11</u>
Tabela 2 - Compreensão da diferença entre RGPS e RPPS	<u>11</u>
Tabela 3 – Frequência em que os servidores recebem informações da previdência	<u>11</u>
Tabela 4 – Fonte de informações a respeito da previdência	<u>12</u>
Tabela 5 – Acesso às prestações de contas do RPPS	<u>12</u>
Tabela 6 - Compreensibilidade das informações	<u>12</u>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 O Sistema Previdenciário no Brasil.....	7
2.2 O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	8
3 METODOLOGIA	9
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	10
5 CONCLUSÃO	12
REFERÊNCIAS.....	13
FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	16

GESTÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA INVESTIGAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SERRA BRANCA

Pinto, Iandra Kalyne Ribeiro*
Menezes, José Elinilton Cruz de**

RESUMO

A previdência tem tomado um lugar de destaque no quadro da execução orçamentária. A instituição dos Regimes Próprios de Previdência se deu sob a necessidade de desafogar o Regime Geral de Previdência Social. A devida gestão dos recursos do RPPS é interesse do servidor público que dependerá da boa liquidez dessas organizações para o pagamento de suas aposentadorias no futuro. As formas de transparência estão cada vez mais avançadas, tornando cada vez mais possível a instrumentalização do controle social por meio da análise das informações sobre gastos públicos publicadas nos portais da transparência. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo geral fazer uma investigação sobre a compreensão e sobre o acesso dos servidores sobre as informações gerenciais do município de Serra Branca - PB. Desta forma, foi elaborada uma pesquisa exploratória, por amostragem probabilística, dos 383 servidores públicos existentes no município a amostra foi elaborada e aplicada uma amostra de 133 servidores efetivos do Município de Serra Branca - PB. A pesquisa identificou que a maioria dos servidores do município, não sabe como obter acesso às prestações de contas e as demonstrações, impossibilitando assim a parte interessada, que é o servidor, acompanhar e avaliar a gestão do Regime Próprio de Previdência ao qual está vinculado.

Palavras-chave: Servidores Públicos. Previdência. Regime Próprio de Previdências Social.

ABSTRACT

Tradução do resumo em língua vernácula para outro idioma de propagação internacional (em inglês ABSTRACT, em francês RESUMÉ, em espanhol RESUMEN). Obedece as mesmas orientações do resumo na língua vernácula. Social security has taken a prominent place in the budget execution. The institution of the Private Pension Regimes underwent the need to unburden the General Social Security System. The proper management of RPPS resources is in the interest of the public servant who will depend on the good liquidity of these organizations for the payment of their pensions in the future. The forms of transparency are increasingly advanced, making it increasingly possible to instrumentalize social control through the analysis of information on public spending published in transparency portals. In this context, the present study has as general objective to do an investigation about the understanding and the access of the servers on the managerial information of the municipality of Serra Branca - PB. In this way, an exploratory survey was carried out, by probabilistic sampling, of the 383 public employees in the city. The sample was elaborated and applied a sample of 133 effective servers of the Municipality of Serra Branca - PB. The survey found that most of the municipality's employees do not

* Bacharelanda em Ciências Contábeis pela UEPB. E-mail: iandra_kalynne@hotmail.com.

** Professor Mestre da UEPB. E-mail:

know how to obtain access to accounts and statements, making it impossible for the interested party, who is the server, to monitor and evaluate the management of the Private Pension Scheme to which it is linked.

Keywords: Public Servants. Social security. Regime of Social Security.

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Previdenciário no Brasil cada dia que passa faz-se necessário uma transparência nas informações gerenciadas pelos seus responsáveis, fazendo com que os seus filiados possam ter mais acessos a essas informações. O Sistema Previdenciário Brasileiro está estruturado em três pilares de acordo com a Emenda Constitucional nº 20/98: 1) RGPS (Regime Geral da Previdência Social), gerenciado pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), autarquia do governo federal voltada para os trabalhadores do setor privado e para aqueles servidores públicos de repartições que não instituíram o RPPS; 2) RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), gerenciado por cada instituição que aderir, ligada aos serviços públicos; 3) RPC (Regime de Previdência Complementar), com o objetivo de atender a necessidade de uma renda adicional de alguns trabalhadores. Com o envelhecimento populacional a cada dia que passa aumenta a demanda por seguridade.

À medida que uma instituição pública decide instituir o RPPS, forma-se uma ligação de dependência econômica entre o futuro econômico do servidor e da gestão municipal. Com isso, são criados vários questionamentos sob o aspecto contábil, no tocante do planejamento financeiro do RPPS, dos relatórios das despesas administrativas, dos valores acumulados das contribuições, para referir simplesmente aquelas que se apresentam mais evidentes.

A Constituição Federal determina que o gestor público preste contas de todos os gastos da administração para os órgãos responsáveis pelo controle externo da administração pública (Tribunal de Contas e Controladoria Geral da União). No entanto, além do controle institucional, que já é uma atividade muito difícil, recomenda-se também que a população exerça igualmente o controle social, acompanhando e fiscalizando a gestão dos recursos públicos. De semelhante modo, essas práticas devem ser instituídas para os RPPS, visto que, tendo uma gestão desenvolvida, o controle social ajudaria a verificar a eficiência quanto ao segmento do sistema previdenciário, com vistas à segurança de sua continuidade.

Alguns estudos foram realizados sobre a evolução das práticas de transparência no setor público e a importância no cenário da execução orçamentária que a previdência vem tomando, como por exemplo de Oliveira, Santos e Silveira (2011), Lima (2009), Felix (2009), ficando assim visível as dificuldades atuais de acesso as informações e de compreensão às informações do fundo previdenciário, pelo qual os servidores públicos estatutários estão legalmente vinculados.

Com a necessidade de ampliação e continuidade do estudo iniciados pelos autores citados anteriormente, o presente trabalho baseia-se na seguinte problemática: Os servidores municipais de Serra Branca compreendem e têm acesso às informações disponibilizadas pelo RPPS do município?

O presente trabalho possui o objetivo geral de fazer uma investigação sobre os servidores municipais de Serra Branca compreendem e têm acesso às informações disponibilizadas pelo RPPS do município.

Apresenta ainda como objetivos específicos: identificar como o IPSERB gera as suas informações; verificar como o servidor tem acesso a esses dados oferecidos e comparar o nível de informações apresentados para o servidor.

O presente trabalho foi aplicado no RPPS da Prefeitura Municipal de Serra Branca PB, buscando resultados que sejam entendidos adequadamente, fazendo necessário esclarecer a sua delimitação. O Instituto de Previdência Municipal de Serra Branca PB foi criado no dia 25/08/1993, de acordo com a Lei nº 149/1993, e foi reestruturada com a Lei Ordinária Municipal nº 461/2006, no dia 23/03/2006.

Com a possibilidade de acesso aos dados e aos entrevistados da Prefeitura Municipal de Serra Branca- PB, e do Instituto Municipal do Município, o objeto de estudo delimita-se aos tópicos ligados à prestação de contas, as formas de transparência praticadas para a informação mais precisa do servidor público e assegurado municipal e a publicação de demonstrações. Não sendo incluído no presente trabalho a análise de toda a legislação previdenciária serra-branquense, nem a demonstração da realidade gestora das outras instâncias administrativas municipais.

Esse trabalho de pesquisa está organizado da seguinte forma: referencial teórico, metodologia, análise de dados e conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Sistema Previdenciário no Brasil

Em 24 de janeiro de 1923 começou a história da previdência social no Brasil, o Decreto nº 4.682/23 foi aprovado pelo Congresso Nacional, ficando assim conhecido como a Lei Eloy Chaves, a princípio voltada unicamente para os empregados das empresas de construção e ferroviárias.

Com a Emenda Constitucional nº 20, publicada no ano de 1998, pouco a pouco outros profissionais foram sendo incluídos no processo, ocorrendo assim a primeira reforma previdenciária depois da Constituição Federal de 1988.

O sistema previdenciário do nosso país está estruturado em três regimes: RGPS – O Regime Geral da Previdência Social, o RPPS – o Regime Próprio de Previdência Social e o RPC – Regime de Previdência Complementar.

O RGPS é administrado por uma autarquia federal, o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, nele está incluso todos os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores de instituições públicas que ainda não tenham instituídos o seu RPPS. Os regimes do RPPS E RGPS, são públicos, considerados de base, tem filiação obrigatória estatutária e caráter contributivo.

O RPC – O Regime da Previdência Complementar tem uma organização realizada de forma independente à previdência social, constitui reservas para serem capitalizadas pelo mercado financeiro, ficando a critério do empregado a sua filiação.

Portanto, o foco do presente trabalho está no RPPS, onde serão apresentadas as suas principais características nos itens a seguir.

Analisando de acordo com o contexto do RPPS, nota-se que o servidor segurado do fundo previdenciário é a parte principal nessa relação, fazendo com que o gestor do RPPS seja o agente, existindo uma relação de confiança com interesse econômico, na situação em questão, a garantia de sua aposentadoria.

Conforme Lima (2006, p.126) sugere, podem haver diversos conflitos de interesses nesse tipo de relação. Sendo assim, para que esses conflitos sejam bem administrados e minimizados, existem possibilidades viáveis para que consiga esse objetivo, tais como a popularização das informações gerenciais por meio das publicações das mesmas, garantindo o poder de fiscalização e cobrança de ações pelo servidor, assegurando cuidadosamente a manutenção do fundo responsável por sua aposentadoria.

Os maiores interessados nesse tipo de informação são os servidores públicos. De fato, isso aumentará o trabalho do gestor, pois quanto mais populares as informações, mais exigentes ficarão esses servidores, em busca dos seus objetivos.

Nesse contexto, Oliveira, Santos e Silveira (2011) frisam que é necessário que a definição de transparência englobe muito mais do que apenas disponibilizar informações, faz-se necessário o esforço pedagógico para facilitar aos servidores e cidadãos a compreensão, a interpretação e a análise dos dados.

Com o princípio da publicidade da administração, inscrito no artigo 37, caput da Constituição Federal, a popularização dessas informações gerenciais, sempre busca a transparência para melhorar o entendimento de cada servidor, porém, por si só não é eficaz e eficiente, porque é preciso que essas informações sejam de fácil compreensão para o segurado.

De acordo com isso, os gestores precisam investir em uma política de fiscalização por parte dos servidores, com o objetivo de que essas formações possam ser compreendidas, para que os gestores e os beneficiados se juntem na elaboração de uma gestão democrática.

2.2 O Regime Próprio de Previdência Social - RPPS

Nesse cenário, iniciado pela Constituição Federal de 1988, vários municípios do Brasil instituíram o RJU – Regime Jurídico Único, tendo como objetivo retirar os servidores do RGPS e os filiar ao RPPS, sendo administrados pelos próprios municípios. O sistema previdenciário brasileiro vem se transformando, com a Emenda Constitucional nº 20/98, tomando posição de destaque, nesse caso, a previdência dos servidores públicos de acordo com as suas dificuldades de ajustes, à sua complexidade e os efeitos fiscais gerados por estes modelos novos de previdência brasileira.

A implementação de ferramentas de controle, transparência e fiscalização também se faz necessário nos novos modelos de previdência brasileira, constituindo um caráter contributivo e equilíbrio atuarial.

Os responsáveis no âmbito brasileiro pela seguridade de todos os servidores estatutários ativos são os Regimes Próprios de Previdência Social, que possuem caráter contributivo e filiação obrigatória. Englobando também como segurados do RPPS os servidores efetivos inativos e os pensionistas.

Esse Regime atribui benefícios previdenciários para seus segurados quando os mesmos se aposentam compulsoriamente após 70 anos de idade, por invalidez permanente, aposentadoria voluntária e ainda ao pensionista reconhecido, quando

ocorre morte do segurado. Ficando impossibilitada a concessão pelo RPPS benefícios previdenciários distintos ao RG.

O RPPS necessita de uma receita de contribuição para custear as despesas, ficando assim obrigados a pagar todos os benefícios previdenciários aos seus segurados. O mesmo precisa forma-se como entidade autônoma ou órgão, sendo único para cada ente que o instituir.

No dia 01 de maio de 1993, de acordo com a Lei nº 131/1993, o município de Serra Branca-PB, instituiu o Regime Jurídico Único dos servidores públicos, mas apenas em 25 de agosto de 1993, através da Lei Complementar nº 149/1993, foi criado o seu RPPS, o Instituto de Previdência do Município de Serra Branca – PB – IPSERB.

O IPSERB possui como alíquota de contribuição 11% para os seus segurados ativos.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado de acordo com o método indutivo de pesquisa, buscando analisar o nível de compreensão e de acesso dos servidores segurados do município de Serra Branca – PB, quanto às informações gerenciais ligadas ao IPSERB (RPPS do município de Serra Branca- PB)

A pesquisa se enquadra como exploratória, de acordo com os seus objetivos, visto que a Previdência é um assunto de interesse geral, sendo pouco estudada na contabilidade; tendo em vista que nenhuma investigação desse tipo foi realizada anteriormente quanto as demonstrações do IPSERB e ao índice de compreensão e de acesso das mesmas pelos segurados/servidores serra-branquenses.

A pesquisa mesmo sendo exploratória e indutiva, necessita-se igualmente valer-se de fontes autorizadas, precisando ter as bases e os marcos teóricos no que diz respeito aos conceitos aqui envolvidos.

Segundo Silva (2003), a pesquisa bibliográfica, é aquela que “explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, etc (SILVA, 2003, p.60).

O presente trabalho também toma forma de pesquisa bibliográfica, fixando esse entendimento, uma vez que, se refere a literatura, foram pesquisados em sites na internet, livros, artigos publicados em periódicos especializados em contabilidade, leis, dissertações e regulamentos que atingem o sistema previdenciário; a fim de que, de alguma forma, pretendesse dar continuidade aos estudos feitos sob o mesmo tema por Felix (2009), Lima (2006), Oliveira, Santos e Silveira (2011).

De acordo com Gil (1999, apud BEUREN et al.,2006, p.81), “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relação entre as variáveis”.

Complementando esse conceito, Andrade (2002, apud Beuren et al. 2006, p.81) afirma que, “a pesquisa descritiva preocupa-se em analisar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles”.

Com tudo o que foi exposto, nota-se a necessidade de se imprimir neste trabalho uma pesquisa descritiva, uma vez que a coleta de dados referentes ao conhecimento, ou não, dos servidores, no que se diz respeito ao sistema previdenciário de seu município, dar-se através de *survey*.

O trabalho foi feito por amostragem probabilística, restringindo-se unicamente aos servidores estatutários efetivos da Previdência Municipal de Serra Branca-PB,

retirando-se da amostra os servidores comissionados eletivos e contratados, pois esses são segurados do RGPS e não do IPSEB.

O questionário apresentado buscou primeiramente verificar o tipo de identificação de cada servidor, e logo após buscou identificar a compreensão e o acesso dos servidores. O questionário foi adaptado de um outro artigo científico, no qual buscou analisar os mesmos propósitos, só que uma outra cidade.

Em relação a ideia do procedimento, o estudo buscou verificar a quantidade de servidores que estão vinculados ao RPPS. O quadro 1 apresenta, de acordo com a base dos dados disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Serra Branca-PB, o número total dos servidores efetivos e como elas estão divididos nas seguintes categorias:

Quadro 1 – População da pesquisa

MASCULINO	FEMININO	TOTAL
131	252	383

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

O tamanho total da população, considerando o número de servidores totalizam 383, a próxima etapa foi estabelecer o tamanho da amostra a ser utilizada. Utilizando uma margem de erro de 7%, a seguinte fórmula foi adotada para o cálculo do tamanho do erro amostral:

$$n_0 = \frac{1}{\varepsilon_0^2}$$

Depois dessa fase, a outra fórmula é aplicada para definir o tamanho da amostra que foi considerada:

$$n = \frac{N * n_0}{N + n_0}$$

Onde N = Número da população, n= número da amostra e n_0 = erro amostral. Dessa forma, foi possível chegar a uma amostra de 133 questionários.

Portanto, foi realizado um formulário de pesquisa com o objetivo de captar o nível de compreensibilidade e de acessibilidade dos servidores em relação aos procedimentos mais comuns do IPSEB, de acordo com a legislação e outras observações gerais.

A Prefeitura Municipal de Serra Branca-PB, disponibilizou as informações, facilitando assim o contato com os servidores, por meio de visitas nas escolas municipais, unidades de saúde e demais órgãos de Poder Executivo Municipal.

Para conseguir aplicar todos os questionários necessários e obter um nível de compreensão dos funcionários/segurados, foram escolhidos como sedes as Secretaria de Saúde, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Esporte e Cultura, Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Assistência Social e algumas Escolas Municipais. Os questionários foram entregues e em alguns desses locais foram recolhidos em uma data estabelecida para a coleta de dados. Sendo assim, foram respondidos 133 formulários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente, procurou-se identificar o perfil de cada servidor que participou da pesquisa. Na Tabela 1 abaixo, está demonstrado o resumo do perfil de cada um desses servidores, de acordo com o formulário aplicado:

Tabela 1 - Resumo do perfil da amostra

Sexo		Escolaridade			Tempo de serviço		Idade	
Masc.	Fem.	Fund.	Médio	Superior	Até 20 anos	Superior a 21 anos	Até 30 anos	Acima de 30 anos
25	108	17	29	87	100	33	38	95

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Nota-se, conforme a tabela acima que o sexo feminino tem a maioria dos servidores, representando assim 81% do montante, tendo em vista que a maioria dos servidores municipais de Serra Branca- PB são do sexo feminino, então foi o que se esperava. Quanto a sua escolaridade, 65,61% possuem o Ensino Superior, 21,86% já concluíram o Ensino Médio e somente 12, 53% cursaram o Ensino Fundamental.

Analisou-se também que a maioria dos servidores está no serviço público a menos de 20 anos, chegando a um percentual de 75%.

Quando questionados se eles entendiam a diferença entre RGPS- Regime Geral da Previdência Social e o RPPS- Regime Próprio da Previdência Social, bem como a compreensão de qual dos dois seria o responsável por sua aposentadoria, chegou-se ao seguinte resultado:

Tabela 2 - Compreensão da diferença entre RGPS e RPPS

Compreendo	Compreendo parcialmente	Não compreendo	Não sei responder
68,75%	21,88%	6,25%	3,12%

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A tabela acima analisou que aproximadamente 90,63% compreendem essa diferença, dessas porcentagens retira 21,88% que compreendem de forma parcial, já 9,37% dos servidores não tem a mínima ideia do que se trata. Esses resultados são influenciados diretamente pelo grau de escolaridade de cada servidor, uma vez que a compreensão evolui de acordo com o nível que cada servidor cursou, seja o nível fundamental, nível médio ou nível superior, como mostra na tabela.

Quando questionados a respeito da frequência com que recebem informações sobre a Previdência do Município, 53,13% falaram que nunca receberam nenhuma informação, já 46,87% disseram que recebem de alguma forma essas informações, como é representado na Tabela 3:

Tabela 3 – Frequência em que os servidores recebem informações da previdência

Mensalmente	Trimestralmente	Semestralmente	Anualmente	Nunca recebeu
12,5%	15,63%	9,37%	9,37%	53,13%

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Portanto, nota-se que o município disponibiliza informações sobre a Previdência, mesmo com a maioria nunca ter recebido nenhum dessas informações. Mas 12,5% dos servidores disseram que recebiam informações mensalmente. Foi perguntado também que fonte de informação eles utilizam quando surgem dúvidas a respeito da Previdência Municipal. O resultado encontra-se na Tabela 4:

Tabela 4 – Fonte de informações a respeito da previdência

Departamento Municipal	Internet	Jornais, revistas, livros	Amigos de trabalho	Outros meios
28,13%	21,87%	12,5%	21,87%	15,63%

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Desse modo, analisou-se que uma boa parte dos servidores, cerca de 28,13% procuram informações no próprio Departamento Municipal quando precisam esclarecer as suas dúvidas sobre a Previdência. A opção de amigos de trabalho e internet ficaram empatadas na segunda posição com cerca de 21,87% cada.

Referente ao acesso das prestações de contas do Instituto de Previdência Municipal, os servidores foram interrogados sobre os seus conhecimentos de como ter informações sobre as mesmas. Os resultados obtidos estão demonstrados na Tabela 5:

Tabela 5 – Acesso às prestações de contas do RPPS

Não sei como ter acesso	Sei como ter acesso, mas não me interessa	Sei como ter acesso e busco regularmente	Não tenho nenhum interesse pelo assunto
50%	21,87%	28,13%	0,00%

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Portanto, verificou-se que cerca de 50% não sabem como obter acesso as prestações de contas do Instituto, e a outra metade que responderam sabem como obter acesso a essas informações. Desses servidores que dizem que sabem acessar os demonstrativos e prestações de contas (50%), analisou-se que somente 28,13% dos entrevistados o fazem regularmente, sendo assim, 21,87% não tem interesse nenhum pelo assunto.

No que se refere ao tema “ compreensibilidade da informação”, o estudo analisou o nível de conhecimento dos servidores através de um item no formulário de pesquisa que pedia para que os servidores que sabem como obter acesso aos demonstrativos e as prestações de contas, verificassem tais informações. Os resultados são esses obtidos:

Tabela 6 - Compreensibilidade das informações

Compreensível	Pouco compreensível	Incompreensível
57,90%	42,10%	0,00%

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Dessa maneira, analisou-se que, de acordo com os servidores que afirmaram conhecer o processo de obtenção do acesso as prestações de contas e aos demonstrativos contábeis, representados po 50% do resultado; destes 57,90% analisaram como compreensíveis as informações expostas, já que 42,10% afirmaram ter dúvidas quanto a essa exposição, ao julgá-las pouco compreensíveis.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho realizou uma investigação sobre a compreensão e o acesso dos servidores, de acordo com às informações gerenciais do município de Serra Branca-PB, quanto as informações gerenciais geradas pelo seu Instituto de Previdência Social Municipal.

Identificou-se que o IPSEB, dispõe de informações para os servidores do município, fazendo com que uma quantidade significativa de servidores obtenham o conhecimento de qual instituição será responsável pelo pagamento de sua aposentadoria, foi o que indicou nos resultados, Também analisou-se que metade dos entrevistados possuem conhecimento de como obter acesso as prestações de contas e aos demonstrativos contábeis do RPPS do município.

Dessa forma, tendo como base averiguações propostas neste estudo, o RPPS disponibiliza os meios necessários para a melhor compreensão e o melhor acesso dos servidores a essas informações? Analisa que a mesma foi respondida de maneira negativa, pois nota-se que apesar os servidores possuem a maioria compreensão do que está sendo tratado, ainda não tem o acesso necessário para que essas informações cheguem aos mesmos.

Conclui-se que o servidor da Prefeitura Municipal de Serra Branca-PB, possui um conhecimento potencial de melhoria sobre o sistema previdenciário do seu município, mas por não se interessar ou não saber das demonstrações contábeis e prestações de contas, fica impossibilitada a cobrança, o acompanhamento e a avaliação por melhores resultados na gestão do fundo previdenciário.

Proponho que outros estudos com bases qualitativas sejam feitos com bases nesses dados coletados, para aprofundar cada vez mais questões mais complexas, como por exemplo, o porquê do servidor não demonstrar interesses nos dados divulgados?

Recomenda-se, também, que o servidor tenha mais interesse pelo assunto, com a finalidade de exercer o controle social sobre o que é de seu interesse. Por esse motivo, além de ser igualmente interessado no assunto, o Instituto de Previdência do Município, deve procurar promover maior esforço informativo, para assim incentivar e esclarecer aos seus beneficiários na busca e no acompanhamento dessas informações.

Recomenda-se também que outros estudos sejam realizados, para tentar haver uma interação maior de união e tornar essas informações mais populares ligadas ao Instituto de Previdência própria RPPS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20**, de 15 de dezembro de 1998. Dispõe sobre as noções Gerais do sistema previdenciário brasileiro. Brasília: 1998.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: 2000.

BRASIL. **Lei nº 9.717**, de 27 de novembro de 1998. Dispõe sobre as regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Brasília: 1998.

FELIX, C. L. **Regime Próprio de Previdência e Assistência Social: uma análise do grau de conhecimento que o servidor público do Município do Rio de Janeiro detém em relação às 18 informações gerenciais do regime previdenciário municipal**. 2009. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

LIMA, M. R. S. **Gestão do Regime Próprio da Previdência Social: Uma investigação sobre o acesso e a compreensão dos servidores frente às informações gerenciais dos municípios do Estado de Pernambuco**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e InterRegional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB/UFPE/UFPB/UFRN, Recife, 2006.

GOES, H. M. **Manual de Direito Previdenciário**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

OLIVEIRA, D. C. G.; SANTOS, J.; SILVEIRA, G. M. C.; SOUZA, A. N. Gestão do Regime Próprio da Previdência Social do Município de Camaragibe: Uma Análise do Nível de Acesso e Compreensão dos Servidores sobre as Informações Previdenciárias. *In*: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8. 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo, 2011.

SILVA, A. C. R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada a contabilidade: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, L. M.; FEIJÓ, P. H. Contabilidade aplicada ao setor público. *In*: RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. (orgs.). **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 185-238.

BEUREN, I. M. (org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade – Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Gostaria de pedir a sua colaboração no preenchimento desse questionário para a coleta de dados, viabilizando o desenvolvimento e conclusão de Artigo Científico de **IANDRA KALYNE RIBEIRO PINTO ALMEIDA**, em cumprimento às exigências para obtenção de nota na disciplina Pesquisa em Contabilidade, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

O objetivo desse formulário é coletar dados que permitam **analisar o nível de compreensão e acesso dos servidores municipais estatutários da Prefeitura Municipal de Serra Branca - PB, quanto às informações gerenciais relacionadas e geradas pelo Regime Próprio da Previdência Social - RPPS.**

Ratifico que as informações coletadas por este instrumento serão utilizadas exclusivamente para o estudo acadêmico, desta forma serão tratados com o devido sigilo.

Agradeço desde já sua colaboração.

Atenciosamente,

Iandra Kalyne Ribeiro Pinto
Contato: (83) 996057633
Email: iandra_kalynne@hotmail.com

Orientador: Prof. Msc. José Elenilton Cruz de Menezes

Pesquisa sobre o nível de compreensão e acesso dos servidores municipais estatutários da Prefeitura Municipal de Serra Branca - PB, quanto às informações gerenciais relacionadas e geradas pelo RPPS.

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Data da Aplicação: ____/____/2019.

IDENTIFICAÇÃO

01- Sexo

- () Masculino.
- () Feminino.

02- Idade

- () 18 a 30 anos.
- () 31 a 40 anos.
- () 41 a 50 anos.
- () Acima de 51 anos.

03- Grau de escolaridade

- () Ensino fundamental incompleto.
- () Ensino fundamental completo.
- () Ensino médio incompleto.
- () Ensino médio completo.
- () Ensino superior incompleto.
- () Ensino superior completo.
- () Pós-Graduação.

04- Há quanto tempo presta serviço no Poder Executivo Municipal?

- () Até 10 anos.
- () De 11 a 20 anos.
- () De 21 a 30 anos.
- () Acima de 30 anos.

QUESTÕES

01- Você compreende a diferença entre RGPS (Regime Geral da Previdência Social) e RPPS (Regime Próprio da Previdência Social), bem como qual dos dois será responsável pela sua aposentadoria?

- Compreendo.
- Compreendo parcialmente.
- Não compreendo.
- Não sei responder.

02- Você recebe informações sobre a previdência do seu município com qual frequência?

- Mensalmente.
- Trimestralmente.
- Semestralmente.
- Anualmente.
- Nunca recebi.

03- Qual fonte de informação você utiliza para esclarecer, caso apareça alguma dúvida sobre a previdência?

- Departamento Municipal.
- Jornais, Livros, Revistas.
- Internet.
- Amigos de Trabalho.
- Outros meios. Quais? _____.

04- No que se refere ao acesso à prestação de contas do instituto de previdência do seu município:

- Não sei como ter acesso.
- Sei como ter acesso, mas não me interessa.
- Sei como ter acesso e busco regularmente.
- Não tenho nenhum interesse pelo assunto.

Obs.: Se você assinalou na questão acima a segunda e a terceira opção, responda a questão 5. Caso contrário, deixe-a em branco.

05- Com relação às informações gerenciais disponibilizadas, que tipo de compreensibilidade você atribui?

- Compreensível.
- Pouco compreensível.
- Incompreensível.

